

Sumário

Editorial

Mobilização institucional:
duas faces

Comité Económico e Social

A planificação financeira e a reforma

Eventos

Devolução dos resultados
de um projecto à Comunidade

Gestão financeira no feminino



Sessão de devolução dos resultados à comunidade (p.5)

Editorial

Nesta nova edição da OEC-NOTÍCIAS concluímos a análise detalhada do relatório, publicado em 2006, sobre "Desemprego e Sobreendividamento", observando as particularidades que distinguem os grupos estudados quanto ao modo como interpretam e se relacionam com o apoio prestado por entidades públicas, privadas e sociais para enfrentarem as suas dificuldades financeiras.

Mas este trabalho de investigação só terminou, em boa verdade, no passado mês de Maio, de um modo surpreendente e emotivo. Há muito que pretendíamos retribuir um pouco do que recebemos dos nossos inquiridos. Por isso, organizámos uma sessão para apresentação dos resultados da investigação a uma parte da população estudada. Esta 'devolução' à comunidade superou em muito as nossas expectativas, não só pela profunda interacção gerada entre os participantes, como pela enriquecedora contribuição de alguns dos colegas do CES. Uma iniciativa pioneira e que apetece repetir em futuros trabalhos.

Na sequência da parceria estabelecida com a DECO, damos conta da sessão de trabalho realizada com técnicas daquela associação, onde foram apresentados e discutidos os resultados preliminares do Questionário OEC-DECO.

Embora a investigação continue a ser a actividade principal do Observatório, outras iniciativas de cariz mais interveniente têm também vindo a ganhar consistência. São de registar as crescentes solicitações ao OEC para ministrar sessões de informação e formação em matéria de endividamento, o que tem desafiado a equipa de investigação a aprofundar conhecimentos e metodologias sobre a temática da literacia financeira. Alguns dos resultados são explorados nesta edição.

Catarina Frade

Mobilização institucional: duas percepções

Prosseguindo a apresentação de alguns dos resultados parciais do relatório de investigação "Desemprego e sobreendividamento: contornos de uma ligação perigosa", iremos neste número da OEC-NOTÍCIAS analisar o modo como os dois grupos estudados – Desempregados Fabris e "Sobreendividados – se relacionam com diversas instituições de suporte social ou outro para lidar com as suas dificuldades financeiras, e que então designámos por Mobilização Institucional.

Pretende-se, com esta análise, perceber como são percebidas as diferentes instituições, e se sobre elas existem diversos olhares, atendendo às características diferenciadas de ambos os grupos.

Através de extractos de entrevistas, verifica-se que, no caso dos Desempregados Fabris, a mobilização institucional – seja a efectuada junto de instituições de carácter social, seja das próprias entidades financeiras – para fazer face às dificuldades resultantes do desemprego é vista como algo de negativo. Este grupo recorre principalmente à auto-mobilização, ou seja às poupanças pessoais e a redução dos consumos, bem como à mobilização solidária, ou seja, ao apoio material de familiares e amigos, para fazer face a uma situação de desemprego e de perda de rendimentos. No entanto existe uma resistência quanto a dinheiro emprestado, mesmo por redes sociais próximas, aceitando mais facilmente géneros ou outro tipo de suporte.

Esta não solicitação de ajuda perante as redes institucionais está relacionada com a percepção que têm dela: subsídios dirigidos a grupos excluídos socialmente, como imigrantes, toxicodependentes e outros. A possível identificação social com esses grupos marginalizados é sentida como um desprestígio pessoal.

Neste sentido, observa-se uma aversão a uma lógica subsidiária, reflectindo uma resistência à perda de autonomia e consequente surgimento de uma dependência perante terceiros, num grupo que se caracteriza pela afirmação da sua auto-mobilização perante as dificuldades de vida, tal como podemos verificar através do seguinte extracto de entrevista:

“Das instituições não tenho muita esperança. As instituições ajudam melhor os ciganos e os vigaristas para andar na droga, para andar na moina. O que o Estado dá a eles – está certo, eles são seres humanos e necessitam -, podiam muito bem dividir para outro lado, porque eles não têm salários e ganham mais do que eu. (...) Pois, essa comandita está toda bem. Olhe, eles não trabalham em lado nenhum. Passam a vida a comer e a beber, e a dar cabo da vida dos outros e ainda têm rendimentos do Estado. E isso é justo? Não. Essa política é assim. Nós que andamos a trabalhar não temos direito a nada.”

(Entrevista 32, Empresa B; p. 125)

“Não, nunca recorri a nenhuma [instituição], nunca tive ajuda de ninguém, nem nunca ninguém me abordou para me ajudar. Nem eu me comunico com ninguém. Só recebi apoio do meu pai, que é um familiar...”

(Entrevista 2, Empresa A; p. 125)

Outro dado observado é o desconhecimento da existência de mecanismos e instituições de apoio, o que vem sublinhar o distanciamento deste grupo a uma lógica subsidiária. Fora deste entendimento fica o subsídio de desemprego, a única exigência que entendem poder fazer ao Estado, e que não choca com os princípios de autonomia valorizados por este grupo.

No que diz respeito ao grupo dos Sobreendividados, a Mobilização Institucional adquire outros contornos, reflectindo diferentes valores no modo como encaram o crédito e a sua relação com as instituições financeiras, relativamente ao grupo dos Desempregados. A Mobilização Institucional ocorre junto de organismos de apoio público, de associações de consumidores e dos próprios bancos. Esta maior solicitação reflecte, por um lado, a debilidade dos esforços de auto-mobilização e das suas redes informais de apoio. Por outro, estará relacionada com a imparcialidade moral, que reflecte um não julgamento em relação às suas condutas de consumo e de endividamento.

No entanto, existe uma resistência inicial no contacto com as instituições credoras para a resolução do seu problema. Muitos só lhes dão conta das suas dificuldades financeiras depois de receberem contactos telefónicos ou por carta das respectivas instituições. É observada uma ambivalência de comportamentos e discursos, sendo estas encaradas tanto como uma tábua de salvação perante uma situação de emergência, como agentes que desencadearam a sua situação de incumprimento e que pressionam a família num momento de grande dificuldade.

Contudo, a sua imagem é tanto mais valorizada quanto maior for a disponibilidade da instituição para a compreensão e benevolência na resolução do problema ocorrido entre ambas as partes, por norma incumprimento de ordem financeira:

“[O procedimento das credoras] tem sido péssimo. O Banco X e o Banco Z têm pressionado bastante mas o Banco W é que tem pressionado mais. Telefonam constantemente. (...) quem que diga uma data, mas se não estou a trabalhar para ir buscar dinheiro como esperam que diga uma data? Eles nem querem facilitar nem baixar as prestações... (...) parece que têm gosto que uma pessoa e pague juros e não sei quê.”

(Entrevista 58; p. 197)

“Estou muito contente com o meu banco. Tem profissionais à altura... Viram a minha situação, viram o meu desespero e aceitaram a minha proposta...de tentar fazer mais do que uma hipoteca.”

(Entrevista 57; p. 197)

Como se pode verificar, as diferenças que caracterizam o perfil de ambos os grupos estendem-se para além dos aspectos sócio-demográficos. O recurso à Mobilização Institucional é utilizado de forma diferenciada pelos dois grupos, sendo que no caso dos Desempregados verifica-se algum desconhecimento da sua existência que se combina com a aversão a uma lógica subsidiária. Quanto aos Sobreendividados, a Mobilização Institucional é mais forte, não só junto do Estado (subsídios de desemprego, social de inserção e outros), mas também das diversas instituições de solidariedade social e das entidades financeiras.

Essa solicitação passa pela obtenção de recursos financeiros (subsídios, novos empréstimos) para compensar a restrição orçamental, e pela renegociação de novos prazos de pagamento dos compromissos anteriormente assumidos e de períodos de carência. O recurso ao apoio de terceiros representa, para este grupo, a alternativa possível para as fracas capacidades de auto-mobilização e de mobilização solidária. Deste modo, é possível que existam outros indivíduos sobreendividados que não pedem o apoio da DECO ou de organismos públicos pelo facto de poderem contar com a ajuda financeira de familiares. Este facto reforça a natureza pouco saliente do fenómeno do sobreendividamento e também o papel que, entre nós, assume a chamada sociedade-providência.

Comité Económico e Social Europeu

O Comité Económico e Social Europeu (CESE) decidiu trazer de novo para a agenda política europeia a questão do sobreendividamento dos consumidores. A Secção Especializada de Emprego, Assuntos Sociais e Cidadania do CESE tem em discussão um parecer de iniciativa sobre crédito e exclusão social que deverá ser votado em sessão plenária do Comité no próximo mês de Outubro (SOC/265). É relator do parecer o Dr. Jorge Pegado Liz, que escolheu para perita a coordenadora executiva do OEC, Catarina Frade. O parecer reflecte sobre as consequências negativas do endividamento excessivo para a inclusão social e financeira dos cidadãos europeus, e discute a necessidade de uma abordagem comunitária do problema.

A planificação financeira e a reforma

Educação Financeira

A educação financeira tem sido matéria de estudo e tema recorrente nas agendas dos vários países membros da União Europeia. O aumento do número de produtos financeiros que são oferecidos aos consumidores, a juntar às mudanças políticas, económicas e demográficas a que temos vindo a assistir, conduzem governos e consumidores a reflectirem sobre este tipo de educação.

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, 2005) a educação financeira é “o processo através do qual os consumidores/investidores financeiros melhoram os seus conhecimentos em relação aos conceitos e produtos financeiros e, através da informação, instrução e/ou conselhos objectivos, desenvolvem capacidades e confiança para que se tornem mais conscientes das oportunidades e riscos financeiros para tomar decisões informadas, para saber onde procurar ajuda e para tomar outras acções que melhorem o seu bem-estar financeiro.”

Se, por um lado, esta é uma definição que se aplica aos consumidores em geral, não fazendo distinção de faixas etárias, graus de formação ou grupos de pertença, a verdade é que tendo em consideração que o consumidor apresenta ao longo da sua vida diferentes necessidades, direitos e responsabilidades que variam consoante a fase em que se encontram - *life cycle approach* (Leskin & Rajjas, 2005) a transmissão de conhecimentos na área da educação financeira deve ser adaptada em função das especificidades de cada público-alvo.

Educar para a Reforma

O aumento da esperança média de vida e a diminuição da taxa de natalidade resultam inequivocamente num aumento do período de reforma. Tendo como pano de fundo esta realidade, uma das principais preocupações no âmbito da educação financeira prende-se com a transmissão de competências e habilidades que permitam aos consumidores adquirir toda a informação necessária para que possam tomar as decisões mais acertadas quanto ao seu bem-estar financeiro.

Se até há alguns anos atrás a reforma de cada trabalhador era assegurada por mecanismos do Estado, nomeadamente pela Segurança Social, actualmente a responsabilidade pelo futuro financeiro recai cada vez mais no consumidor, enquanto sujeito capaz de, ao longo da sua vida, tomar decisões que lhe permitam lograr um futuro financeiramente estável. A título de exemplo, prevê-se que na Europa o rácio de dependência na terceira idade aumente de 0.23 em 2005 para 0.37 no ano de 2030, sendo que este rácio é obtido a partir da divisão do número de

peças com 65 anos ou mais pelo número de peças com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (Relatório da OCDE, 2005).

Numa tentativa de assegurar o bem-estar financeiro, diversos países europeus têm vindo a oferecer aos seus trabalhadores programas de educação financeira que têm como objectivo primordial dotá-los de competências de planificação financeira a longo prazo. É o caso da Suécia que aplicou recentemente um esquema de contribuição individual que integra o sistema de segurança social, passando assim aos trabalhadores a responsabilidade de investir uma parte do dinheiro da sua pensão nos mercados financeiros. O governo estabeleceu ainda um “plano de incumprimento” para os participantes que não quisessem fazer uma escolha de investimento activa. Numa fase inicial, para informar e educar a população em relação ao novo sistema de pensões, o *National Social Insurance Board* apresentou uma enorme campanha de informação que levou a que mais de dois terços dos participantes fizessem uma escolha de investimento activa. No entanto, numa fase posterior, o esforço educacional diminuiu, acabando por se verificar que apenas 10% dos participantes optava por uma forma de investimento activo (Relatório da OCDE, 2005).

Tomando consciência de que as decisões de investimento que dizem respeito à reforma constituem um factor decisor do equilíbrio e bem-estar financeiro do consumidor, a aposta em programas de educação financeira para esta fase do ciclo de vida revela-se uma necessidade cada vez mais actual. Espera-se que tais programas não só incentivem os consumidores a adoptar hábitos de poupança, mas também que ofereçam informação e instrução que lhes permita realizar investimentos tendo em vista a satisfação das necessidades e desejos a longo prazo. Contudo, é importante não descuidar as diferenças em relação a variáveis como habilitações literárias e grupos socioeconómicos de proveniência dos consumidores futuros reformados. A eficácia destes processos educacionais apenas poderá existir se a estrutura aplicada se ajustar às características, necessidades e desejos do público-alvo, função a que se destina cada programa. Só assim se produzirão os resultados esperados para atingir o bem-estar financeiro de cada consumidor em particular e da sociedade em geral.

Teresa Ferreira

Referências:

- Organisation for Economic Co-operation and Development (2005). *Improving financial literacy – Analysis of issues and policies*
- Lusardi, A. & Mitchell, O. (2006). *Financial Literacy and retirement preparedness: evidence and implications for financial education programs*. Michigan: Michigan Retirement Research Center. <http://www.mrrc.isr.umich.edu/>
- Leskinen, J. & Rajjas, A. (2005). *Consumer Financial Capability – a life cycle approach*. Helsinki: University of Helsinki.

O perfil dos sobreendividados portugueses: apresentação dos resultados
Questionário OEC-DECO

Sessão de trabalho entre a equipa do OEC e os técnicos da DECO

OEC - Centro de Estudos Sociais

Coimbra, 9 de Abril de 2007

Sessão de apresentação dos resultados do Questionário OEC-DECO

O trabalho de investigação realizado no Observatório do Endividamento dos Consumidores (OEC) tem vindo a ser desenvolvido por investigadores de diversas áreas do conhecimento. Desde o direito, passando pela economia até à sociologia e psicologia, cada elemento tem fornecido o seu contributo para a concretização de um trabalho rico do ponto de vista científico e profícuo em termos de aplicabilidade futura na realidade concreta dos cidadãos.

O mais recente projecto a ser desenvolvido pela equipa do OEC relaciona-se, entre outros aspectos, com a necessidade de traçar um perfil dos sobreendividados que recorrem ao Gabinete de Apoio ao Sobreendividado (GAS) da DECO, com o objectivo de proceder a uma intervenção mais eficaz. A necessidade de recolha de dados acerca desta população conduziu à celebração de um protocolo com esta Associação, que se concretizou com a elaboração de um inquérito *online* administrado pelo técnico do GAS de cada delegação aos sujeitos (indivíduo ou casal) que recorrem ao apoio deste gabinete.

Na sequência deste protocolo e tendo em conta o espírito de equipa multidisciplinar transversal aos trabalhos deste Observatório, o OEC organizou uma reunião com os juristas de cada uma das delegações da DECO, no passado dia 9 de

Abril em Coimbra, realizada nas instalações do Centro de Estudos Sociais (CES).

Nesta sessão, participaram todas as delegações da DECO, com excepção da delegação de Viana do Castelo. Do OEC estiveram presentes a Coordenadora Executiva do Observatório Catarina Frade, bem como Cláudia Lopes, Teresa Ferreira e Jorge Silva.

O encontro começou com uma pequena apresentação dos elementos da equipa e procedeu-se a uma discussão relativa a aspectos que poderão ser melhorados para que se verifique uma transmissão efectiva, válida e eficaz dos casos de sobreendividamento que recorrem à DECO. Limadas algumas arestas, deu-se lugar a uma apresentação sumária de alguns itens do inquérito cuja análise se revelou importante. Neste sentido, foram apresentados os resultados que, no seu conjunto, poderão ajudar a desenhar o perfil dos sobreendividados que recorreram ao GAS da DECO desde Janeiro de 2005 a Dezembro de 2006. Ao longo da devolução destes resultados os juristas foram tecendo alguns comentários, manifestando uma maior ou menor proximidade dos dados com os diferentes casos com os quais têm vindo a contactar e realizando um exercício de procura de justificações que pudessem justificar tais resultados.

No final, agradecendo a presença e participação de todos, o OEC solicitou ainda a colaboração das diferentes delegações na recolha dos contactos de sobreendividados que recorreram ao GAS da DECO desde o ano de 2001 até 2004, com o intuito de se proceder à realização de entrevistas que nos permitam conhecer a realidade actual destas pessoas e o tipo de recursos de que dispuseram para resolver a situação de dificuldades financeiras que os levaram ao sobreendividamento.

Cláudia Abreu Lopes
Teresa Ferreira

eventos

Nos dias 25 a 28 de Julho de 2007, terá lugar a Reunião Anual da "Law and Society Association" (LSA) e do "Research Committee on Sociology of law" (RCSL), na Universidade de Humboldt, em Berlim.

<http://www.lawandsociety.org/>

Nos dias 14 e 15 de Setembro de 2007, decorrerá em Bruxelas a 7ª Conferência Internacional sobre serviços financeiros, subordinada ao tema "Regulação, Educação e Cooperação nos Serviços Financeiros"

www.responsible-credit.net/index.php?id=2340



**Devolução dos resultados
de um projecto à Comunidade**
Cláudia Nogueira*

No dia 26 de Maio de 2007, o Observatório do Endividamento dos Consumidores, com a colaboração do Núcleo de Cidadania e Políticas Sociais, realizou uma sessão de devolução dos resultados do projecto "Desemprego e Endividamento das Famílias" a um grupo de ex-operários(as) alvo desse estudo. Afigurando-se, desde logo, como uma promessa de estreitamento da ligação do CES à comunidade, esta sessão revelou-se, acima de tudo, uma oportunidade de a equipa de investigação demonstrar aos homens e mulheres ali presentes o reconhecimento e gratidão pela forma como, num momento ainda tão marcado pela mágoa, deram a conhecer os efeitos perversos que a perda de emprego (decorrente do encerramento da fábrica onde laboravam) produziu nas suas vidas, bem como as estratégias mobilizadas no sentido de os ultrapassar.

Na enérgica e espontânea discussão que sobreveio à apresentação dos resultados, a transmissão de opiniões e testemunhos ostentou uma tal emotividade que, subitamente, a distância que nos separava da notícia do fecho daquela fábrica de Coimbra não parecia ser de sete anos. Convidado a avaliar a forma como o encontro decorreu, Armindo Carvalho, ex-operário e representante da Comissão de Trabalhadores, considerou que este foi como que "um fechar de um ciclo de reflexão, que as pessoas até não estavam a fazer e ali foram despertadas a fazer". Certo é, pelas percepções que efervesceram no debate, que ali teve lugar um interessante exercício de identificação e, simultaneamente, de demarcação.

As experiências (sociologicamente analisadas) que lhes foram

dadas (re)conhecer não lhes apareceram como experiências apenas suas, mas como experiências de um conjunto de pessoas: pessoas com quem haviam partilhado anos a fio um espaço de laboração, pessoas com quem haviam partilhado o momento do seu encerramento, mas relativamente às quais pouco sabiam sobre o tipo de dificuldades posteriormente vividas.

Ao ser-lhes apresentado não apenas os resultados da análise do seu caso, mas também os de um grupo de ex-operárias de outra fábrica, estes homens e mulheres tiveram ainda a possibilidade de reflectir sobre a realidade de outras pessoas que, tendo sofrido o mesmo acontecimento (o encerramento de uma fábrica), experimentaram, porém, outro tipo de obstáculos e a necessidade de activar outro tipo de estratégias.

Questionado sobre a eventual relevância do encontro na vida destas pessoas, Armindo Carvalho sublinha dois importantes aspectos que não quero deixar de evocar. Por um lado, chama a atenção para um potencial efeito pedagógico: "As pessoas vão continuar a viver, vão ter filhos, netos, vulneráveis a situações destas, e é enriquecedor poderem, de facto, transmitir a quem as rodeia este tipo de reflexões, feitas com distanciamento". Por outro lado, realça a importância que este tipo de eventos pode ter a um nível mais subjectivo: "Estas pessoas estão habituadas a passar por estas coisas e a que nunca mais se lembrem delas, e isto é importante porque encontraram uma entidade que ainda está a reflectir sobre os seus problemas. As pessoas sentem-se valorizadas".

A finalizar, e não obstante muito ainda ficar por dizer, gostaria apenas de sublinhar que, tendo-se constituído como um momento de extrema importância para a equipa de investigação, o encontro foi igualmente reconhecido pelos protagonistas como uma oportunidade única de intercâmbio entre a Universidade e a Comunidade.

* Investigadora Júnior do Núcleo de Cidadania e Políticas Sociais. Entre 2004 e 2006 Investigadora Júnior do Observatório do Endividamento dos Consumidores.

Gestão financeira no feminino

Tomando consciência da necessidade de transmitir conceitos relacionados com gestão financeira, a Comunidade de Inserção Social de Esposende (CISE) formulou um convite à equipa de Investigação do Observatório do Endividamento dos Consumidores (OEC) no sentido de organizar uma acção de informação orientada para esta temática.

A acção foi dividida em duas sessões, realizadas nos dias 16 e 17 de Maio. Atendendo às características específicas do público-alvo (senhoras com idades compreendidas entre os 25 e os 45 anos de idade), sobretudo a sua muito baixa escolaridade e algumas limitações cognitivas, os principais objectivos definidos para a acção foram os seguintes: ajuda na percepção das prioridades de consumo; estímulo à planificação das despesas em função das prioridades; e fomento de hábitos de poupança regulares.

Numa primeira fase, começou por se trabalhar com as participantes a questão da planificação de prioridades na aquisição de bens e produtos, procedendo-se posteriormente à apresentação de uma história tradicional - a fábula da cigarra e da formiga. Seguidamente, foi feito um pequeno exercício onde era pedido, mediante a enunciação de bens de consumo, que se fizesse corresponder o grau de necessidade de diversos produtos a uma de três cores: vermelho, amarelo e azul, sendo que à cor vermelha se associava os produtos mais necessários, ao amarelo, razoavelmente necessários e à cor azul os que seriam menos necessários.

Após a aquisição destas noções, foi disponibilizado um orçamento fictício de 450€ e uma lista de diversos produtos que ultrapassavam este montante. O objectivo era o de levar as participantes a gerir esse orçamento e a conseguir gerar uma pequena poupança. Através do exercício foi possível demonstrar que se pode

garantir os bens mais necessários sem hipotecar a qualidade de vida mensal, e ao mesmo tempo assegurar uma poupança. Constatou-se que a maioria das participantes não tinha hábitos de planificação financeira.

O segundo dia foi iniciado com um pequeno exercício em que era pedido a cada participante que referisse, com base no dinheiro "poupado" via tarefa do dia anterior, três objectivos para o futuro. Os mais frequentes foram aquisição de um televisor e de uma máquina de lavar louça, e pequenas reparações da habitação. Atendendo a estes objectivos procurou-se fazer uma estimativa de preços e qual a temporalidade necessária para os atingir.

Deste modo pretendeu-se mostrar que é possível cumprir determinadas metas tendo como suporte um planeamento cuidado das despesas, mas sem descurar as necessidades imediatas. No final desta tarefa, foi distribuída a cada participante uma tabela em suporte de papel que servirá como auxiliar de planificação financeira sempre que pretendam fazer alguma compra. Foram ainda distribuídas a cada participante uma bola "anti-stress", de forma a perpetuar no tempo as aprendizagens adquiridas nesta sessão permitindo, através de uma associação simbólica estabelecida com o objecto, diminuir o impulso de compras "azuis".

De uma maneira geral, esta acção teve resultados bastante positivos. A possibilidade de realização desta sessão permitiu à equipa do OEC o contacto com uma realidade da qual apenas tinha conhecimentos do ponto de vista teórico e dotou os seus membros de competências na transmissão destes conhecimentos. Esta colaboração revelou-se sobremaneira importante para o despertar de interesses e revelou a pertinência de iniciativas realizadas nesta área e dirigidas a públicos específicos.

Jorge Silva
Teresa Ferreira